

queira Maria Manuela Figueiredo Alves Rodrigues, para exercício de funções correspondentes às da categoria de técnico de 2.ª classe (engenheiro técnico civil), de acordo com o disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Maio de 2002. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Chefe de Divisão, *Fernando Gonçalves*.

CÂMARA MUNICIPAL DO BOMBARRAL

Aviso n.º 6261/2002 (2.ª série) — AP. — António Carlos Albuquerque Álvaro, presidente da Câmara Municipal do Bombarral:

Faz público, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º e n.º 1 do artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal do Bombarral deliberou, em reunião pública de 20 de Maio de 2002, elaborar a alteração do Plano Director Municipal relativamente aos artigos 36.º, 37.º, 41.º, 42.º, 43.º, 50.º, 51.º, 52.º, 58.º e 60.º, no seguimento do processo de alteração de Regime Simplificado.

De acordo com o n.º 2 do artigo 77.º do mesmo diploma, encontra-se, a contar da data de publicação em *Diário da República*, por um prazo de 30 dias, um período de participação pública.

Durante este período os interessados poderão, junto da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico — Sector de Planeamento Urbanístico, apresentar sugestões ou esclarecimentos e obter informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito da elaboração da alteração do referido Plano Director.

As sugestões ou observações deverão ser apresentadas por escrito em documento devidamente identificado.

28 de Maio de 2002. — O Presidente da Câmara, *António Carlos Albuquerque Álvaro*.

Aviso n.º 6262/2002 (2.ª série) — AP. — António Carlos Albuquerque Álvaro, presidente da Câmara Municipal de Bombarral:

Faz público, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º e n.º 2 do artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal do Bombarral deliberou, em reunião pública de 20 de Maio de 2002, elaborar a revisão do Plano Director Municipal.

De acordo com o n.º 2 do artigo 77.º do mesmo diploma, encontra-se a contar da data de publicação em *Diário da República*, por um prazo de 30 dias, um período de participação pública.

Durante este período os interessados poderão, junto da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico — Sector de Planeamento Urbanístico, apresentar sugestões ou esclarecimentos e obter informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito da elaboração da revisão do referido Plano Director.

As sugestões ou observações deverão ser apresentadas por escrito em documento devidamente identificado.

28 de Maio de 2002. — O Presidente da Câmara, *António Carlos Albuquerque Álvaro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

Aviso n.º 6263/2002 (2.ª série) — AP. — Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro, presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães:

Torna público que se encontra em fase de inquérito público, pelo prazo de 30 dias, o Regulamento Municipal de Venda Ambulante.

4 de Junho de 2002. — O Presidente da Câmara, *Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro*.

Projecto do Regulamento Municipal de Venda Ambulante

Preâmbulo

A regulamentação da actividade de venda ambulante no concelho de Carrazeda de Ansiães, foi aprovada no ano de 1984 e, apesar de algumas alterações sucessivamente introduzidas, revela-se manifestamente desajustada à realidade actual, que se caracteriza pela adopção de novos conceitos de abordagem do mercado por

parte dos vendedores e por um nível de exigência crescente, imposto pela legislação entretanto publicada e pelos consumidores em geral.

A semelhança do que sucede em todos os vectores do desenvolvimento sócio-económico, também a actividade de venda ambulante se complexificou, reclamando dessa forma uma regulamentação mais ajustada e capaz de responder aos novos problemas e exigências.

O município de Carrazeda de Ansiães não podia de forma alguma ficar alheio à necessidade de uma regulamentação que obedecesse aos objectivos atrás enunciados.

Assim, para efeitos do disposto n.º 7 do artigo 112.º e ao abrigo do disposto no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, a Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 69/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em sessão realizada no dia ..., sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião do dia ..., aprovou o seguinte Regulamento Municipal de Venda Ambulante.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação do Regulamento

1 — O exercício da actividade de vendedor ambulante regula-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 282/85, de 22 de Julho, Decreto-Lei n.º 282/86, de 5 de Setembro, Decreto-Lei n.º 399/91, de 16 de Outubro, Decreto-Lei n.º 252/93, de 14 de Julho e pelo disposto no presente Regulamento e anexo.

2 — O presente Regulamento aplica-se a todo o território do concelho de Carrazeda de Ansiães.

Artigo 2.º

Definições

1 — Para efeitos deste Regulamento consideram-se dois tipos de venda:

- a) A venda ambulante propriamente dita;
- b) A venda ambulante em lugares fixos e previamente determinados.

2 — São considerados vendedores ambulantes os que:

- a) Transportando as mercadorias do seu comércio, por si ou por qualquer meio adequado as vendam ao público consumidor pelos lugares do seu trânsito;
- b) Fora dos mercados municipais e em locais fixos demarcados pela Câmara Municipal, vendam as mercadorias que transportem, utilizando na venda os seus meios próprios ou outros que à sua disposição sejam postos pela Câmara Municipal;
- c) Transportando a sua mercadoria em veículos, neles efectuem a respectiva venda, quer pelos lugares do seu trânsito, quer em locais fixos, demarcados pela Câmara Municipal fora do mercado municipal;
- d) Utilizando veículos automóveis ou reboques, neles confeccionem, na via pública ou em locais para o efeito determinados pela Câmara Municipal, refeições ligeiras ou outros produtos comestíveis preparados de forma tradicional, nas condições previstas no anexo II.

3 — Exceptuam-se do âmbito de aplicação do presente Regulamento a distribuição domiciliária efectuada por conta de comerciantes com estabelecimento fixo, a venda de lotarias, jornais e outras publicações periódicas.

Artigo 3.º

Cartão de vendedor ambulante

3 — Podem exercer a sua actividade no município de Carrazeda de Ansiães, os vendedores ambulantes que sejam portadores do respectivo cartão emitido pela Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.